



**GBS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

**Sterlite Power**

**Demonstrações Financeiras 2025**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**



**Prezados Acionistas,**

A Administração da GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Os resultados financeiros são informados de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**A Companhia**

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, holding controlada pela Two Square Transmissions Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo TS Transmissions"), anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Grid 5 Limited, sediada na Índia.

**Desempenho financeiro e operacional**

Destacamos os principais indicadores de desempenho do período.

Consolidado - R\$ Mil	4T25	Dívida Líquida Consolidada (R\$ Mil)	4T25
<b>Lucro bruto</b>	<b>195.460</b>	<b>Curto prazo</b>	973.222
Receita operacional bruta	219.817	<b>Longo prazo</b>	256.867
<b>Margem lucro operacional</b>	<b>77,13%</b>	<b>Endividamento total</b>	<b>1.230.089</b>
Receita operacional líquida	209.988	<b>(-) Caixa e aplicações</b>	(40.366)
Custos e despesas	(40.439)	<b>(=) Dívida líquida</b>	<b>1.189.723</b>
<b>EBITDA</b>	<b>169.549</b>		
<b>Margem EBITDA</b>	<b>80,74%</b>	<b>Índice de Endividamento Geral Consolidado (R\$ Mil)</b>	<b>4T25</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>34.516</b>	<b>Passivo total</b>	1.442.660
		<b>Ativo total</b>	2.182.924
		<b>Endividamento geral (EG)</b>	<b>66,09%</b>

**Governança corporativa**

A TS Transmissions busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças, jurídico e recursos humanos. Durante o ano de 2021, a Companhia implantou sistemas e ferramentas necessárias ao aprimoramento de sua governança e processos de controles internos, buscando, cada vez mais, a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos e estratégias do grupo.

**Responsabilidade ambiental e social**

Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo TS Transmissions no Brasil opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos. Neste sentido, a Companhia desenvolveu um conjunto completo de processos que cobre todas as fases do ciclo de vida de seus projetos. O SWW (Sterlite Way of Working) compreende: Handovers; Criação das SPEs; Licenciamento ambiental; Engenharia; Negociações fundiárias; Supply Chain Management; Gerenciamento e execução de projetos; Qualidade; Saúde e segurança no trabalho.

**Considerações Finais**

Ao longo de 2025, a Companhia manteve seu compromisso com a excelência operacional, garantindo eficiência e segurança no fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A Sociedade reforça sua missão de contribuir para o desenvolvimento do setor elétrico e gerar valor para seus acionistas.

São Paulo, 31 de março de 2026.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**



31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	30	181	40.366	18.610
Caixa restrito	7	28.655	-	39.084	-
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	13.790	14.764
Ativo da concessão	8	-	-	153.107	154.899
Prêmio de seguro		-	-	1.975	1.247
Tributos e contribuições a compensar		1.206	318	2.247	873
Adiantamento a fornecedores e funcionários	9	-	-	-	285
Dividendos a receber	11	5.885	4.955	-	-
Partes relacionadas	10	-	10.275	-	10.275
Outros		-	-	3.671	649
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>35.776</b>	<b>15.729</b>	<b>254.240</b>	<b>201.602</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Caixa restrito	7	332	29.543	25.321	52.433
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	3.014	-
Ativo da concessão	8	-	-	1.882.774	1.819.036
Adiantamento a fornecedores e funcionários	9	2.489	1.409	16.763	10.691
Prêmio de seguro		-	-	812	-
		2.821	30.952	1.928.684	1.882.160
Investimentos	11	1.395.649	1.285.737	-	-
		1.395.649	1.285.737	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.398.470</b>	<b>1.316.689</b>	<b>1.928.684</b>	<b>1.882.160</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.434.246</b>	<b>1.332.418</b>	<b>2.182.924</b>	<b>2.083.762</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	12	16.150	6.772	30.116	16.993
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	665.905	22.201	973.222	54.319
Tributos e contribuições sociais		41	44	2.184	2.209
Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.059	1.139
PIS e COFINS diferidos	14	-	-	5.588	5.654
Salários e encargos sociais		-	-	3.332	5.970
Encargos setoriais		-	-	8.373	2.232
Dividendos a pagar		11.886	1.903	11.939	1.903
Outras contas a pagar		-	-	-	5.063
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>693.982</b>	<b>30.920</b>	<b>1.035.813</b>	<b>95.482</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	625.509	256.867	1.164.906
Provisão para contingências	21	-	-	18.547	19.651
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	62.709	60.801
Outros tributos diferidos	14	-	-	68.724	66.933
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>625.509</b>	<b>406.847</b>	<b>1.312.291</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	15.a	525.275	475.820	525.475	475.820
Reservas de lucros	15.b	214.789	191.759	214.789	191.759
		740.264	667.579	740.264	667.579
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	8.410	-	8.410
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>740.264</b>	<b>675.989</b>	<b>740.264</b>	<b>675.989</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.434.246</b>	<b>1.332.418</b>	<b>2.182.924</b>	<b>2.083.762</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita de infraestrutura e operação e manutenção		-	-	26.870	25.883
Remuneração do ativo de concessão		-	-	183.118	173.883
<b>Receita operacional líquida</b>	16	-	-	209.988	199.766
Custo de implementação de infraestrutura	17	-	-	-	(19.641)
Custo de operação e manutenção	18	-	-	(14.528)	(7.889)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	195.460	172.236
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	19	(304)	(347)	(31.045)	(22.292)
Outras receitas	20	-	10	5.134	13.546
Resultado de equivalência patrimonial	11	114.622	99.493	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>114.318</b>	<b>99.156</b>	<b>169.549</b>	<b>163.490</b>
Receitas financeiras		5.339	963	10.416	9.977
Despesas financeiras		(85.141)	(92.262)	(139.271)	(152.509)
<b>Resultado financeiro</b>	20	<b>(79.802)</b>	<b>(91.299)</b>	<b>(126.855)</b>	<b>(148.532)</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>34.516</b>	<b>7.857</b>	<b>40.694</b>	<b>14.958</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	-	-	(4.805)	(4.532)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14	-	-	(1.373)	(2.569)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.516</b>	<b>7.857</b>	<b>34.516</b>	<b>7.857</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		34.516	7.857	34.516	7.857
Total de resultados abrangentes		34.516	7.857	34.516	7.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		475.820	9.624	174.353	-	659.797	-	659.797
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	-	-	-	-	8.410	8.410
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.857	7.857	-	7.857
Constituição de reserva legal	15	-	393	-	(393)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	(75)	(75)	-	(75)
Reserva de lucros a realizar	15	-	-	7.389	(7.389)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>475.820</b>	<b>10.017</b>	<b>181.742</b>	<b>-</b>	<b>667.579</b>	<b>8.410</b>	<b>675.989</b>
Aumento de capital	15.a	49.655	-	-	-	49.655	(8.410)	41.245
Reversão de capital*	15.d	(26.402)	-	-	-	(26.402)	26.402	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	34.516	34.516	-	34.516
Constituição de reserva legal	15.b	-	1.726	-	(1.726)	-	-	-
Distribuição de dividendos	15.b	-	-	(3.288)	-	(3.288)	-	(3.288)
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c	-	-	-	(8.198)	(8.198)	-	(8.198)
Constituição das reservas de retenção de lucros	15.b	-	-	24.592	(24.592)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>499.073</b>	<b>11.743</b>	<b>203.046</b>	<b>-</b>	<b>740.264</b>	<b>26.402</b>	<b>740.264</b>

\*Reversão de capital em decorrência do cancelamento do ato societário datado em 27 de setembro de 2024, razão pela qual os acionistas deliberarão novamente a integralização do capital social no exercício de 2026.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>34.516</b>	<b>7.857</b>	<b>40.694</b>	<b>14.958</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial		(114.622)	(99.493)	-	-
Remuneração do contrato de concessão		-	-	(183.098)	(175.129)
PIS e COFINS diferidos		-	-	1.725	(1.966)
Provisão para contingências		-	-	(1.104)	1.925
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		28.974	31.149	36.362	42.467
Juros sobre empréstimos e debêntures		48.648	47.235	86.744	83.415
Apropriação dos custos de captação de debêntures		(2.819)	3.348	(2.744)	3.470
Rendimentos financeiros caixa restrito		(5.047)	-	(8.239)	-
Outros ajustes		-	-	536	-
Decréscimo (acrécimo) de ativos					
Ativo de concessão		-	-	121.152	(70.135)
Concessionárias e permissionárias		-	-	(2.040)	(566)
Tributos a compensar		(888)	(27)	(1.374)	47
Prêmio de seguro		-	-	(1.540)	480
Adiantamentos a fornecedores e empregados		(1.080)	(1.056)	(5.915)	(4.863)
Partes relacionadas		-	41.007	-	41.007
Outros		-	(233)	(2.894)	(649)
Acrécimo (decrécimo) de passivos					
Fornecedores		9.378	1.608	13.123	(11.444)
Tributos e contribuições sociais		(3)	35	(25)	1.199
Salários e encargos sociais		-	-	(2.638)	1.551
Encargos setoriais		-	-	6.141	1.214
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(227)	(539)
Outros		-	-	(5.017)	3.344
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(4.658)	(4.324)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(2.943)</b>	<b>31.430</b>	<b>84.964</b>	<b>100.591</b>
Aportes de capital em controladas		-	(65.869)	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital em controladas		48	18.066	-	-
Dividendos recebidos de controladas		3.726	8		



# Sterlite Power

**GBS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

## Demonstrações Financeiras 2025



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 1 Contexto operacional

**1.1. Objeto social:** A GBS Participações S.A. ("Companhia" ou "GBS"), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Rua Olímpias, 205 - 4º andar, Edifício Continental Square, na Vila Olímpia, no município de São Paulo e é controlada pela Two Square Transmissões S.A., cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. As Companhias Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz") e Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris") são controladas da GBS Participações e têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **1.2. Das Concessões:** As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessões de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Prazo Contrato (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP ciclo 25-26	
			Prazo (anos)	Próxima		R\$	Mês Base
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	50.878 02/2018
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	37.141 02/2018
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	66.081 02/2018

**Borborema**  
O projeto da Borborema consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km; (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1)R x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA; e (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **Goyaz:** O projeto da Goyaz consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km; (ii) Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV; (iii) Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto; e (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **Solaris:** O projeto da Solaris consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km; (ii) Subestação Jaíba com pátio de 230/138/13,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA; (iii) Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; e (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a setembro do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **Borborema:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.700 (R\$50.878 ajustado pelo IPCA ciclo 2025-2026, conforme estabelecido no Reajuste Anual das concessionárias de transmissão, definida por meio da Resolução Homologatória nº 3.381/25 de 15 de julho de 2025), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022 os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II) e 2 (SE João Pessoa II) foram energizados. Em 09 de setembro de 2021 a SCT emitiu a Nota Técnica nº 689/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759 de 13 de outubro de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 015/2018, de forma específica na Subestação João Pessoa II, referente a instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV - 3 x 150MVA e a complementação do módulo geral em 500 kV da SE João Pessoa II, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela 1 apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020.

Tabela 1 - investimento (RS), OSM (%) e RAP (RS).

Empreendimento	Investimento O&M	REN	
		RAP 905/2020	RAP Atualizada
SE 500/230 kV João Pessoa II			
Instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV, 3x 150 MVA cada, respectivas conexões, 01 integração de barras 500 kV, arranjo DJM, para adequar a conexão do 1º banco de transformadores.	87.713.179,14	2,0	10.759.038,21
<b>Total</b>	<b>87.713.179,14</b>	<b>2,0</b>	<b>10.759.038,21</b>

#### Referência de preço: junho de 2021.

Na Portaria MME nº 1.111/SPE/MME de 15 de dezembro de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759, de 13 de outubro de 2021, de titularidade da empresa Borborema Transmissão de Energia S.A. A Borborema se encontra 100% em operação comercial. **Goyaz:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.320 (R\$37.141 ajustado pelo IPCA ciclo 2025-2026, conforme estabelecido no Reajuste Anual das concessionárias de transmissão, definida por meio da Resolução Homologatória nº 3.381/25 de 15 de julho de 2025), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. A Goyaz se encontra 100% em operação comercial. **Solaris:** O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R\$31.430 (R\$66.081 ajustada pelo IPCA o ciclo 2025 - 2026, conforme estabelecido no Reajuste Anual das concessionárias de transmissão, definida por meio da Resolução Homologatória nº 3.381/25 de 15 de julho de 2025), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em 18 de março de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 120/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 031/2018, de forma específica na Subestação Janaúba 3, referente a instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV - 3 x 100MVA cada, conforme a Resolução Autorizativa. A Tabela abaixo apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do Reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020.

Tabela 1 - investimento (RS), OSM (%) e RAP (RS).

Empreendimento	Investimento O&M	REN	
		RAP 905/2020	RAP Atualizada
SE 500/230 kV Janaúba 3			
Instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV, 3x 100 MVA cada, respectivas conexões, 2 interligações de barra 500 kV e 2 MIMs 500 kV.	94.973.138,65	2,0	12.869.730,48
<b>Total</b>	<b>94.973.138,65</b>	<b>2,0</b>	<b>12.869.730,48</b>

#### Referência de preço: junho de 2020.

Na Portaria MME nº 778/SPE/MME de 28 de junho de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, de titularidade da empresa Solaris Transmissão de Energia S.A. A Solaris se encontra 100% em operação comercial. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei nº 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. **1.5. Recuperação extrajudicial:** Em 18 de julho de 2025, a GBS Participações S.A. em conjunto com a Olindina Participações S.A. ("Olindina") e Two Square, ajuizaram pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano de RE"), com fundamento no art. 161 e no art. 163, § 8º, da Lei nº 11.101/05. O processo foi autuado sob n. 1101292-31.2025.8.26.0100 e está em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP. A motivação do pedido decorre de impactos econômicos adversos enfrentados pelo grupo, incluindo: (i) atrasos nos cronogramas de obras e no fluxo de recebíveis decorrentes da pandemia da Covid-19; (ii) aumento expressivo nos custos de execução dos empreendimentos, especialmente no Projeto da São Francisco Transmissão de Energia; (iii) postergação da geração de receitas, o que comprometeu a liquidez e o cumprimento das obrigações financeiras pactuadas. O Plano de RE foi aceito por credores que representam mais da metade dos Créditos Afetados Originais, conforme exigência do §1º do art. 163 da LRF. Em razão disso, o juízo deferiu o processamento da recuperação extrajudicial com suspensão (stay period) por 180 dias corridos, restrita aos Créditos Afetados Originais da Two Square e GBS, nos termos das decisões proferidas em 21 e 25 de julho de 2025. Em 09 de setembro de 2025, a Companhia, em conjunto com a Olindina e a GBS apresentaram nova versão do Plano de RE, a qual incluiu a reestruturação dos Créditos Afetados da Olindina. Na ocasião, foram apresentados Termos de Adesão que demonstraram que a nova versão do Plano de RE foi aceita por credores que representam mais da metade dos Créditos Afetados Originais, conforme exigência do §1º do art. 163 da LRF. Dessa forma, a nova versão do Plano RE apresentada em 09 de setembro de 2025 abrange: i) Reestruturação obrigatória dos Créditos Afetados Originais; ii) Reestruturação facultativa dos Créditos Afetados Adicionais, mediante a adesão dos respectivos credores; iii) Reestruturação facultativa de Créditos Extraconcurais, mediante a adesão dos respectivos credores; Dentre os Créditos Abrangidos:

#### Créditos Afetados Originais Percentual de aceitação do Plano de RE

Créditos Afetados Originais aderentes ao Plano de RE	Créditos Extraconcurais	Créditos Afetados Originais + Créditos Afetados Adicionais
601.025	1*	773.807
78%	99.295	609.864
61%	20.006	20.006

\* R\$ 900,00 (novecentos reais)

Nos termos da decisão proferida em 01 de outubro de 2025, foi deferido o processamento da recuperação extrajudicial também em relação à Olindina, estendendo o stay period deferido na decisão de 21 de julho de 2025 à Olindina. **1.5.1. Homologação judicial do Plano de Recuperação Extrajudicial.** O plano foi homologado nos termos da decisão proferida em 27 de janeiro de 2026, publicada em 30 de janeiro de 2026 no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), complementada pela decisão proferida em 06 de março de 2026, após o julgamento dos embargos de credores. Com a homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, as obrigações de pagamento da Two Square, GBS e Olindina em face dos Créditos Afetados são novas, nos termos do art. 59 da Lei n. 11.101/2005. Quantos aos Créditos Extraconcurais, a novação, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, depende da adesão dos respectivos credores ao Plano de RE. No que diz respeito à Two Square, a consequência direta da homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, consiste na novação dos Créditos Afetados da Two Square, cujas novas condições de pagamento se darão através da emissão de debêntures pela Two Square, no prazo e na forma previstos na Cláusula 3.1 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Já em relação à GBS, a consequência direta da homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, consiste na novação dos Créditos Afetados da GBS, sendo as novas condições de pagamento as seguintes: três parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo que a primeira parcela será devida no primeiro dia útil subsequente ao segundo aniversário da data de homologação judicial do plano e as parcelas subsequentes serão devidas na mesma data dos anos seguintes, conforme previsto na Cláusula 3.2 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Além disso, há a possibilidade de novação dos Créditos Extraconcurais, caso os respectivos credores adiram ao Plano de RE, sendo as novas condições de pagamento previstas na Cláusula 4.5 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. No que diz respeito aos Créditos Afetados Adicionais da GBS, conforme previsto na Cláusula 3.3 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025, foi realizado o Leilão Reverso, por meio do qual foram recomprados créditos decorrentes da 1ª Emissão de Debêntures de titularidade dos vencedores do Leilão Reverso. O resultado do Leilão Reverso foi publicado no site da Companhia. Por fim, para a Olindina, a consequência direta da homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, consiste na novação dos Créditos Afetados da Olindina, sendo as novas condições de pagamento as seguintes: única parcela devida até 30 de junho de 2026, conforme previsto na Cláusula 3.4 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Além disso, há a possibilidade de novação dos Créditos Extraconcurais Olindina, caso os respectivos credores adiram ao Plano de RE, sendo as novas condições de pagamento previstas nas Cláusulas 4.2, 4.3 e 4.4 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Por fim, nos termos da Cláusula 5 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025 há a possibilidade de contratação de financiamento na modalidade debor-in-possession ("DIP"), por meio de emissão de debêntures pela Olindina na data em que as Condições de Desembolso do Financiamento DIP forem verificadas ou expressamente renunciadas. A decisão homologatória do Plano de RE ainda não transitou em julgado, uma vez que se encontra em curso prazo recursal. A administração avaliou os impactos da homologação do Plano de RE nas demonstrações financeiras e: (i) reavaliou a expectativa de fluxo de caixa e risco de continuidade, considerando os termos do plano proposto e; (ii) manteve o princípio da continuidade da entidade, em razão da adesão expressiva de credores ao Plano de RE. Este documento deverá ser interpretado em conjunto com as disposições do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025 na Recuperação Extrajudicial. As palavras iniciadas com letra maiúscula, não definidas neste documento, terão o significado que lhes é atribuído no Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025 na Recuperação Extrajudicial.

#### 2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**2.1. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2026. **2.2. Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, no montante de R\$658.206 e no consolidado R\$781.573 (negativo em R\$15.191 e positivo em R\$106.120 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024). O capital circulante líquido negativo apresentado na controladora é decorrente da reclassificação para o passivo circulante, no montante de R\$671.454, ocorrido em 31 de dezembro de 2025, correspondentes aos saldos de debêntures, anteriormente apresentado no não circulante, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants" previstas na escritura das referidas debêntures. Tais cláusulas da escritura das debêntures ensejam na possibilidade da exigência do vencimento antecipado de tais dívidas, por meio de deliberação da Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD"). Adicionalmente, a Oliveira Trust, na qualidade de agente fiduciário, em 25 de julho de 2025, notificou a Companhia informando que, em decorrência do ajuizamento da Recuperação Extrajudicial, a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da GBS venceu antecipadamente. Em 29 de julho de 2025, a Oliveira Trust emitiu convocação para a realização de Assembleia Geral de Debenturistas, que ocorreu em primeira convocação em 13 de agosto de 2025, no entanto, esta não foi instalada por ausência de quórum estipulado na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da GBS. Em 22 de agosto de 2025, o Desembargador Relator Ricardo Negrão deferiu parcialmente o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, especificamente para obstar o vencimento antecipado das obrigações previstas no âmbito das Debêntures da GBS unicamente em razão do ajuizamento do pedido de homologação do Plano de RE. Vide mais detalhes sobre a recuperação extrajudicial na Nota 1.5 - Borborema. O capital circulante líquido negativo apresentado no consolidado é decorrente da reclassificação para o passivo circulante, no montante de R\$947.756, correspondentes aos saldos das debêntures da Companhia, conforme descrito acima e de saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures das controladas da Companhia, anteriormente apresentados no não circulante, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants" previstas nas escrituras das debêntures da Solaris e da Borborema e no contrato de financiamento da Borborema com o Banco do Brasil. Tais cláusulas da escritura das referidas debêntures ensejam na possibilidade da exigência do vencimento antecipado de tais dívidas, por meio de deliberação da Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD"). Adicionalmente, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants" previstas no contrato de financiamento da São Francisco Transmissão de Energia S.A., com o Banco do Brasil - FDNE, existe um potencial risco de declaração de vencimento antecipado do financiamento firmado pela controlada Borborema Transmissão de Energia S.A. com o Banco do Brasil e, consequentemente das debêntures da Companhia e da Borborema, caso a São Francisco não obtenha o perdão temporário (waiver) junto ao Banco do Brasil - FDNE e a referida dívida de São Francisco com Banco do Brasil - FDNE, bem como as debêntures de sua fiadora Two Square Transmissões Participações S.A. sejam declaradas vencidas antecipadamente. Conforme exposto na Nota 13, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas concluíram que estavam em conformidade com as cláusulas restritivas "covenants" estabelecidas em todos os seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Contudo, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants" previstas no contrato de financiamento da São Francisco Transmissão de Energia S.A., com o Banco do Brasil - FDNE, existe um potencial risco de declaração de vencimento antecipado do financiamento firmado pela controlada Borborema Transmissão de Energia S.A. com o Banco do Brasil e, consequentemente das debêntures da Companhia e da Borborema, caso a São Francisco não obtenha o perdão temporário (waiver) junto ao Banco do Brasil - FDNE e a referida dívida de São Francisco com Banco do Brasil - FDNE, bem como as debêntures de sua fiadora Two Square Transmissões Participações S.A. sejam declaradas vencidas antecipadamente. A potencial ocorrência deste fato caso traria uma incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia, uma vez que a Companhia e sua controlada dependeriam da concessão de waiver por parte seus credores. Contudo, na avaliação da administração, essas condições ainda não estão presentes, visto que a declaração de vencimento antecipado ainda não ocorreu. É importante destacar que as controladas da Companhia estão operacionais e foram estruturadas de modo que sua estrutura de capital está condicionada exclusivamente a operação destas e da Companhia. Isto significa que os fluxos de caixa e ativos gerados pela Goyaz, Solaris e Borborema são suficientes e estão dedicados exclusivamente ao serviço de suas próprias dívidas e obrigações, bem como da Companhia. Contudo, não há como descartar que um eventual problema de liquidez da controladora do Grupo Two Square Transmissões Participações S.A. poderá refletir na Companhia e suas controladas. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. **2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 14); e • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, que foi de





# Sterlite Power

## Demonstrações Financeiras 2025

**GBS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando em uma margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia GBS Participações S.A. e suas controladas. As controladas são todas as Companhias nas quais a GBS Participações S.A. detém o controle e, são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Participação % 31/12/2025	Participação % 31/12/2024
Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema")	100	100
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	100	100
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	100	100

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações financeiras consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

### 3 Políticas contábeis materiais

**3.1. Instrumentos financeiros:** a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48, o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas Companhias e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em sua operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que esses valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são

revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) cumulativos, registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.6. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.8. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. **3.9. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: i) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o

cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. ii) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44%, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. iii) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.12. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo, pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. A GBS Participações S.A. optou pelo regime de tributação com base no lucro real. As controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na aplicação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.14. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.16. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os pagamentos dos juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

### 4 Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB

**4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025**

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2025 as normas abaixo, entretanto, não há efeito nas demonstrações financeiras.

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (TCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.	01.01.2025

**4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes**

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em demonstrações financeiras	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas correntes bancárias	30	181	1.000	16.666
Aplicações financeiras	—	—	39.366	1.944
	<u>30</u>	<u>181</u>	<u>40.366</u>	<u>18.610</u>

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas pelo CDI entre 70% e 98% em 2025 e 2024. Em 31 de dezembro de 2025, não houve rentabilidade na controladora e R\$ 859 no consolidado (R\$ 963 na controladora e R\$ 3.977 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

### 6 Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2025	2024
Concessionárias e permissionárias	16.804	14.764
	<u>16.804</u>	<u>14.764</u>
Circulante	13.790	14.764
Não circulante	3.014	—

### 7 Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras (caixa restrito)	28.987	29.543	64.405	52.433
	<u>28.987</u>	<u>29.543</u>	<u>64.405</u>	<u>52.433</u>
Circulante	28.655	—	39.084	—
Não circulante	332	29.543	25.321	52.433

[www.sterlitepower.com/br/brazil](http://www.sterlitepower.com/br/brazil)

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.  
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:  
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



# Sterlite Power

**GBS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

## Demonstrações Financeiras 2025



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 70% e 98% em 2025. Aplicações constituídas em fundo de liquidez de reserva como garantia de empréstimos e financiamentos, para mais detalhes vide Nota 13.

#### 8 Ativo de concessão

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	1.973.935	1.903.800
Receita de infraestrutura	35.767	29.235
Remuneração do ativo de concessão	183.098	175.130
Revisão tarifária periódica	-	2.817
(-) Recebimentos	(156.919)	(137.047)
Saldo final	2.035.881	1.973.935
Circulante	153.107	154.899
Não circulante	1.882.774	1.819.036

#### 9 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a funcionários	-	-	-	285
Adiantamento a fornecedores (i)	2.489	1.409	16.763	10.691
	2.489	1.409	16.763	10.976
Circulante	-	-	-	285
Não circulante	2.489	1.409	16.763	10.691

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

#### 10 Partes Relacionadas

	Controladora - Consolidado	
	2025	2024
Ativo circulante	-	-
Two Square Transmissions Participações S.A.	-	10.275
Total	-	10.275

A Companhia possuía operação a receber junto à sua controladora Two Square Transmissions Participações S.A., integrante do grupo TS Transmission, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Foi realizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 30 de junho de 2025. Em 07 de Março de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$10.275 relativo à parte do mútuo existente com sua controladora Two Square Transmissions Participações S.A. (anteriormente denominada Sterlite Brazil Participações S.A.) Remuneração da administração: Em 31 de dezembro de 2025 não houve pagamento de remuneração aos Administradores da Companhia.

#### 11 Investimentos

##### a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas)

	31/12/2025		Patri-mônio líquido	Lucro líquido
	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação integralizado		
Investidas				
Borborema	193.962.000	100	715.067	298.560
Goyaz	380.765.537	100	501.254	50.009
Solaris	199.951.109	100	933.891	405.994
			527.897	40.681
			31/12/2024	
Investidas				
Borborema	187.232.351	100	681.044	303.262
Goyaz	380.765.537	100	473.565	53.212
Solaris	197.691.109	100	887.427	399.825
			487.602	65.597

##### b) Movimentação dos investimentos

	Equivalência		Adiantamento		Valor do investimento em 31/12/2025
	Valor do investimento em 31/12/2024	monial	para futuro aumento de capital	para futuro aumento de capital	
Investidas					
Borborema	377.782	38.895	(370)	200	416.507
Goyaz	420.353	35.046	(3.906)	(248)	451.245
Solaris	487.602	40.681	(386)	-	527.897
Total	1.285.737	114.622	(4.662)	(48)	1.395.649
Investidas					
Borborema	360.737	22.774	17.867	(2.970)	377.782
Goyaz	423.048	31.895	16.029	(50.919)	420.353
Solaris	440.368	11.200	65.597	(31.823)	487.602
Total	1.224.153	65.869	99.493	(85.712)	1.285.737

##### c) Dividendos a receber

	2025	2024
Controladas		
Borborema	2.162	1.746
Goyaz	333	152
Solaris	3.443	3.057
Total	5.938	4.955

#### 12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (i)	16.150	6.772	20.387	9.433
Relacionados a implementação da infraestrutura (ii)	-	-	9.210	5.260
Retenções contratuais (ii)	-	-	519	2.300
	16.150	6.772	30.116	16.993

(i) Na controladora, o saldo na rubrica de fornecedores refere-se basicamente a fianças bancárias. (ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimento das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. (iii) Custos finais de projetos e desmobilizações de obras.

#### 13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma

Credor		Saldo em 31/12/2024
Banco do Brasil		647.710
Banco do Brasil		647.710
<b>Total Banco do Brasil</b>		<b>647.710</b>
BNB - Banco do Nordeste prioritário		
BNB - Banco do Nordeste prioritário		
BNB - Banco do Nordeste prioritário		
BNB - Banco do Nordeste não prioritário		
<b>Total BNB</b>		<b>647.710</b>
Debêntures		
Debêntures		
Debêntures		
<b>Total debêntures</b>		<b>647.710</b>
<b>Total</b>		<b>1.295.420</b>
Circulante		
Não circulante		

b) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2023	Apropriação dos custos de captação		Atualização monetária		Amortização do principal		Amortização dos juros		Saldo em 31/12/2025
			Juros	Juros	Juros	Juros	Juros	Juros			
Debêntures	GBS	647.710	(2.819)	28.974	48.648	(8.717)	(47.891)	(47.891)	(47.891)	665.905	
<b>Total</b>		<b>647.710</b>	<b>(2.819)</b>	<b>28.974</b>	<b>48.648</b>	<b>(8.717)</b>	<b>(47.891)</b>	<b>(47.891)</b>	<b>(47.891)</b>	<b>665.905</b>	

Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2023	Apropriação dos custos de captação		Atualização monetária		Amortização do principal		Amortização dos juros		Saldo em 31/12/2024
			Juros	Juros	Juros	Juros	Juros	Juros			
Debêntures	GBS	622.369	3.348	31.149	47.235	(9.954)	(46.437)	(46.437)	(46.437)	647.710	
<b>Total</b>		<b>622.369</b>	<b>3.348</b>	<b>31.149</b>	<b>47.235</b>	<b>(9.954)</b>	<b>(46.437)</b>	<b>(46.437)</b>	<b>(46.437)</b>	<b>647.710</b>	

Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2023	Apropriação dos custos de captação		Atualização monetária		Amortização do principal		Amortização dos juros		Saldo em 31/12/2025
			Juros	Juros	Juros	Juros	Juros	Juros			
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	110.086	-	-	6.173	(4.721)	(6.285)	(6.285)	(6.285)	105.253	
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	16.973	-	-	997	(728)	(1.014)	(1.014)	(1.014)	16.228	
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	16.448	-	-	1.073	(947)	(1.193)	(1.193)	(1.193)	15.381	
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	39.112	-	-	2.922	(2.243)	(3.211)	(3.211)	(3.211)	36.580	
Debêntures	Borborema	62.387	63	1.155	5.391	(991)	(3.783)	(3.783)	(3.783)	64.222	
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	84.058	-	-	4.981	(1.389)	(5.062)	(5.062)	(5.062)	82.588	
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Solaris	61.673	12	-	3.870	(375)	(3.928)	(3.928)	(3.928)	61.252	
Debêntures	Solaris	180.778	-	6.233	12.689	(5.781)	(11.239)	(11.239)	(11.239)	182.680	
Debêntures	GBS	647.710	(2.819)	28.974	48.648	(8.717)	(47.891)	(47.891)	(47.891)	665.905	
<b>Total</b>		<b>1.219.225</b>	<b>2.744</b>	<b>36.362</b>	<b>86.744</b>	<b>(25.982)</b>	<b>(83.606)</b>	<b>(83.606)</b>	<b>(83.606)</b>	<b>1.230.089</b>	

Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2023	Apropriação dos custos de captação		Atualização monetária		Amortização do principal		Amortização dos juros		Saldo em 31/12/2024
			Juros	Juros	Juros	Juros	Juros	Juros			
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	114.154	19	-	6.650	(4.131)	(6.606)	(6.606)	(6.606)	110.086	
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	17.604	-	-	1.072	(637)	(1.066)	(1.066)	(1.066)	16.973	
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	17.336	-	-	1.151	(948)	(1.091)	(1.091)	(1.091)	16.448	
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	41.216	-	-	3.125	(2.244)	(2.985)	(2.985)	(2.985)	39.112	
Debêntures	Borborema	59.739	83	2.926	3.735	(487)	(3.609)	(3.609)	(3.609)	62.387	
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	85.193	-	-	5.214	(847)	(5.502)	(5.502)	(5.502)	84.058	
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Solaris	62.130	-	-	4.010	(227)	(4.240)	(4.240)	(4.240)	61.673	
Debêntures	Solaris	177.904	20	8.392	11.223	(5.689)	(11.072)	(11.072)	(11.072)	180.778	
Debêntures	GBS	622.369	3.348	31.149	47.235	(9.954)	(46.437)	(46.437)	(46.437)	647.710	
<b>Total</b>		<b>1.197.645</b>	<b>3.470</b>	<b>42.467</b>	<b>83.415</b>	<b>(25.164)</b>	<b>(82.608)</b>	<b>(82.608)</b>	<b>(82.608)</b>	<b>1.219.225</b>	

c) Por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	8.674	1.366	29.520
2027	-	12.529	8.509	31.940
2028	-	13.813	9.861	34.343
2029	-	15.741	11.342	37.515
2030	-	17.989	12.308	40.745
2031	-	19.596	13.519	42.195
Após 2032	-	537.167	199.962	948.648
<b>Total</b>	-	<b>625.509</b>	<b>256.867</b>	<b>1.164.906</b>

##### GBS Participações

A Companhia realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$1.000, em março de 2022. A amortização do valor nominal unitário atualizado ocorrerá em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em março de 2044, indexadas ao IPCA e com juros remuneratórios de 7,2731% a.a. Em março de 2022 a Companhia assinou o Contrato Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores, com participação igualitária, os bancos Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da Companhia no valor de R\$600.000 referente a Emissão de Debêntures ("Fianças Bancárias"). Os pagamentos da comissão de fiança serão pagos ao final de cada trimestre com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures. Em agosto de 2024 a Companhia assinou o primeiro aditamento ao CPG, postergando por mais dois anos as Fianças Bancárias. Em setembro de 2024 a Companhia assinou o segundo aditamento ao CPG alterando o custo de 2,50% ao ano para 1,75% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e *pro rata temporis*, até a conclusão dos projetos detidos pela Companhia. Em 21 de março de 2025 as Fianças Bancárias foram exoneradas pelo Agente Fiduciário após a Companhia atingir a Conclusão Físico-Financeira de seus Projetos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures a GBS cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Debenturistas os direitos creditórios dos dividendos dos projetos de que é proprietária, dentre outros. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Two Square Transmissions alienou fiduciariamente as ações da Companhia aos Credores. Como garantia da emissão das debêntures, foi constituída uma Conta Reserva correspondente a 3 (três) parcelas vincendas semestrais, com vencimento no dia 28 de fevereiro de cada ano. Destas, uma parcela permanecerá depositada durante todo o prazo da dívida, uma segunda parcela será utilizada para o pagamento da parcela de março do mesmo ano, e a terceira parcela será destinada ao pagamento da parcela de setembro do referido ano. Com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) calculado anualmente e que deve ser de no mínimo 1,20, em 31 de dezembro de 2025, a GBS não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), exigido de acordo com a cláusula 6.1.2 (xiv) da Escritura de Emissão a qual está entre as disposições que tratam do vencimento não automático da dívida. Contudo, a mesma cláusula prevê que há uma exceção, quando o ICSD apurado for igual ou superior a 1,10 e inferior a 1,20, a Companhia ou sua controladora Two Square Participações S.A. (anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A.) poderão complementar o ICSD por meio de depósito na Conta Reserva Debenturistas até 5 dias úteis contados da data da apuração do ICSD, o qual deveria ser realizado até o dia 8 de abril de 2026. Desta forma, a obrigação de realizar tal depósito se dá apenas em abril de 2026. Contudo, a administração da Companhia optou por não realizar tal depósito e solicitará a convocação de uma AGD para obter *waiver* sobre o tema. A administração da Companhia, por intermédio do Agente Fiduciário, está em processo de convocação de uma Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) para deliberação do pedido de *waiver* sobre o não cumprimento da obrigação descrita acima. Como consequência da declaração de vencimento antecipado automático das debêntures da Companhia pelo agente fiduciário no dia 25 de julho de 2025, em razão do Plano de RE, conforme mencionado na Nota 1.5, a Administração da Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante. Vale mencionar que em 22 de agosto de 2025, o desembargador Ricardo Negrão suspendeu o vencimento antecipado das debêntures em função do protocolo do Plano de RE, até decisão do colegiado, ainda sem data marcada. **Borborema:** A Borborema realizou, em novembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória

adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,10% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045. A Borborema firmou com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), em novembro de 2019, um contrato de financiamento no valor de R\$139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R\$120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R\$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrem trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até 31 de dezembro de 2025, a Borborema recebeu o montante de R\$136.238, sendo R\$118.036 destinados a áreas prioritárias e R\$18.202 destinados a áreas não prioritárias. Não houve outros recebimentos em 2025. A Borborema firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R\$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) ("Financiamento BB-FDNE"). Sobre o Subcrédito I ("FDNE I"), no valor de R\$17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II ("FDNE II"), no valor de R\$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R\$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R\$ 23.736. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito) prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março



**GBS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

**Sterlite Power**

**Demonstrações Financeiras 2025**



★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Financiamento BB-FDNE, o inadimplemento pecuniário ou a declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Two Square Transmissions Participações S.A., em montante superior a R\$10.000, pode ensejar o vencimento antecipado do referido contrato. Em 31 de dezembro de 2025 a Two Square possuía obrigações financeiras em aberto junto a determinados credores, situação que caracteriza hipótese de vencimento antecipado nos termos da cláusula mencionada. No entanto, conforme previsto no Plano de RE, descrito na Nota 1.5, todas as dívidas da Two Square estão sendo repactuadas. Em razão disso, a Administração reclassificou o montante total do referido financiamento para o passivo circulante, sendo esperado que, com a homologação do Plano de RE, as obrigações atualmente em aberto sejam repactuadas e deixem de configurar situação de inadimplemento para fins contratuais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a São Francisco Transmissão de Energia S.A. não cumpriu com determinadas cláusulas restritivas do contrato de financiamento que possui com o Banco do Brasil - FDNE. Ocorre que a Two Square também figura como garantidora do contrato de São Francisco e, caso, de forma acumulativa, a São Francisco não obtenha o perdão temporário (*waiver*) do Banco do Brasil e a Two Square não aporte capital para pagamento da dívida vencida, geraria um potencial risco de declaração de vencimento antecipado da dívida da Borborema com o referido credor. Como consequência, haveria a possibilidade também da declaração de vencimento antecipado das debêntures. Desta forma, a Administração da Borborema reclassificou o montante total do referido financiamento para o passivo circulante.

Com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) calculado anualmente e que deve ser de no mínimo 1,20 até 2024 e 1,30 a partir de 2025 de acordo com o Financiamento BB-FDNE e no mínimo 1,20 de acordo com a Emissão de Debêntures. Este índice foi atingido em 31 de dezembro de 2025. **Solaris:** A Solaris realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Como garantia da Emissão de Debêntures, foi constituída uma conta reserva correspondente ao valor de uma parcela semestral, mantida até o vencimento final da dívida, e uma conta pagamento constituída mensalmente 1/6 do valor de uma parcela semestral que é utilizada para pagamento semestral da dívida. Em janeiro de 2021, a Solaris firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor de R\$150.056, sendo aproximadamente R\$87.000 destinados a áreas prioritárias e R\$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB ("Financiamento BNB"). Em maio de 2022, a Solaris recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$75.390, sendo R\$43.664 destinados a áreas prioritárias e R\$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Solaris recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$52.266, sendo R\$30.188 destinados a áreas prioritárias e R\$22.078 destinados a áreas não prioritárias. Em abril de 2023, a Solaris recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$19.398, sendo R\$11.220 destinados a áreas prioritárias e R\$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorreram trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos passaram a ser mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva, que é o equivalente a 2,1% do valor efetivamente desembolsado, mantido até o vencimento final do financiamento (veja Nota 5). Em novembro de 2021 a Solaris firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$150.000 que garantem a Emissão de Debêntures e R\$150.056 que garantem o Financiamento BNB. As comissões de fiança serão pagas ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e *pro rata temporis*, até a conclusão físico financeira da construção do Projeto. Em dezembro de 2023, o CPG e as cartas de fiança emitidas em favor do BNB e dos debenturistas foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos, até dezembro de 2025. Em setembro de 2025, o CPG e as cartas de fiança emitidas em favor do BNB e dos debenturistas foram aditados, com exceção da carta de fiança do BTG em favor do BNB que teve seu aditamento em outubro de 2025, todos os aditamentos postergaram a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures e do CPG, a Solaris cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores, sobre os direitos creditórios do projeto de implantação do Lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Two Square Transmissions Participações S.A. e a GBS Participações S.A. alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores. A Solaris excedeu o limite de gastos de manutenção previstos na cláusula 7.1.1 itens (liv) e (lv) da Escritura de Emissão das Debêntures, a qual está incluída na seção de obrigações adicionais da emissora e, consequentemente, pode implicar na decretação de vencimento antecipado. Entretanto, o não cumprimento de tais cláusulas não configura vencimento antecipado automático, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas para ser declarado o vencimento antecipado. A administração está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para regularizar a situação por meio de negociação de *waiver* (dispensa do covenant financeiro). Em função do não cumprimento da cláusula citada acima, a Administração da Solaris reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante. Com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado anualmente e que deve ser de, no mínimo, 1,20, este índice foi atingido em 31 de dezembro de 2025.

**14 Tributos diferidos**

	Consolidado	
	2025	2024
IRPJ	40.719	39.481
CSLL	21.990	21.320
<b>IR e CS diferidos</b>	<b>62.709</b>	<b>60.801</b>
PIS	995	12.832
COFINS	4.593	59.755
Tributos indiretos diferidos	68.724	-
<b>Tributos indiretos diferidos</b>	<b>74.312</b>	<b>72.587</b>
<b>Tributos passivos Circulante</b>	<b>137.021</b>	<b>133.388</b>
<b>Não circulante</b>	<b>5.588</b>	<b>5.654</b>
	<b>131.432</b>	<b>127.734</b>

O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados é reconhecido sobre a receita de implementação da infraestrutura, remuneração do ativo contratual e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura apuradas sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>61.947</b>	<b>61.947</b>	<b>204.365</b>	<b>204.365</b>
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	4.956	7.434	16.349	24.524
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.239)	(669)	(4.087)	(2.207)
Mudança de cálculo (ajuste no resultado)	-	-	2.522	1.231
Revisão tarifária periódica (Nota 21)	-	-	(590)	(231)
Outros ajustes	-	535	711	82
<b>Impostos de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(1.239)</b>	<b>(134)</b>	<b>(1.444)</b>	<b>(1.125)</b>
<b>Receita realizada</b>	<b>143.293</b>	<b>143.293</b>	<b>137.387</b>	<b>137.387</b>

	Consolidado			
	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	11.463	17.195	10.991	16.486
Receitas financeiras	1.813	1.813	2.687	2.687
<b>Base de cálculo total</b>	<b>13.276</b>	<b>19.008</b>	<b>11.888</b>	<b>16.488</b>
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(3.319)	(1.711)	(2.972)	(1.484)
Outros ajustes	46	-	24	48
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(3.145)</b>	<b>(1.660)</b>	<b>(2.948)</b>	<b>(1.436)</b>

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	Reconhecido		Outros	
	31/12/2024	no resultado	movimentos	31/12/2025
<b>Ativo/passivo</b>				
Imposto de renda	(39.481)	(1.239)	1	(40.719)
Contribuição social	(21.320)	(134)	(536)	(21.990)
<b>Não circulante</b>	<b>(60.801)</b>	<b>(1.373)</b>	<b>(536)</b>	<b>(62.709)</b>

  

	Consolidado			
	Outros		Reconhecido	
	31/12/2023	movimentos	no resultado	31/12/2024
<b>Ativo/passivo</b>				
Imposto de renda	(38.075)	(1.444)	38	(39.481)
Contribuição social	(20.563)	(1.125)	368	(21.320)
<b>Não circulante</b>	<b>(58.638)</b>	<b>(2.569)</b>	<b>406</b>	<b>(60.801)</b>

**15 Patrimônio líquido**

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$525.275, representado por 525.275.000 ações ordinárias nominativas, integralizado, no valor nominal de R\$1 real cada (em 31 de dezembro de 2024 o capital social era de R\$ 475.820 representado por 475.820.000). Conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 7 de março de 2025, a Companhia teve um aumento de capital social, efetuado pela sua controladora Two Square Transmissions Participações S.A. no montante de R\$26.402, mediante a subscrição particular de 26.402.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista e em moeda corrente nacional. Conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada em 31 de julho de 2025 o saldo do AFAC de R\$23.253 foi integralizado ao capital social. b) **Destinação do lucro líquido do exercício:**

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal (I)	1.726	10.017
<b>Reserva de retenção de lucros (II)</b>	<b>203.046</b>	<b>181.742</b>
<b>Reservas de lucros</b>	<b>327.946</b>	<b>287.651</b>

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação.

(ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva.

c) **Dividendos mínimos obrigatórios:** O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2025 o valor foi de R\$8.198 (R\$75 para o exercício de 2024). d) **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC:** Em 31 de dezembro de 2025, em decorrência do cancelamento do ato societário em 27 de setembro de 2024, a Companhia efetuou a reversão do aumento de capital social no montante de R\$26.402 para (AFAC).

**16 Receita operacional líquida**

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>5.656</b>	<b>5.613</b>
Receita de infraestrutura	30.111	23.622
Receita de operação e manutenção	183.098	175.130
Outras receitas	952	-
<b>Total</b>	<b>219.817</b>	<b>204.365</b>
PIS e COFINS sobre a receita	(7.564)	(2.575)
Encargos setoriais	(2.265)	(2.024)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>209.988</b>	<b>199.766</b>

**17 Custos de implementação de infraestrutura**

	Consolidado	
	2025	2024
Serviços de terceiros	-	(175)
Máquinas e equipamentos	-	(6.321)
Terenos	-	(50)
Edificações	-	(7.679)
Serviço	-	(4.765)
Outros	-	(651)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(19.641)</b>

**18 Custos de operação e manutenção**

	Consolidado	
	2025	2024
Pessoal	(50)	(487)
Serviços de terceiros	(13.380)	(7.327)
Outros	(1.098)	(75)
<b>Total</b>	<b>(14.528)</b>	<b>(7.889)</b>

**19 Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal e encargos	-	-	(11.892)	(7.765)
Serviços de terceiros	(273)	(346)	(12.744)	(9.331)
Material	-	-	(20)	(20)
Aluguéis	-	-	(2)	(151)
Tributos	(9)	-	(133)	(38)
Seguros	-	-	(2.348)	(3.148)
Baixa de títulos incobráveis	-	-	-	(1.202)
Outros	(22)	(1)	(3.906)	(637)
	<b>(304)</b>	<b>(347)</b>	<b>(31.045)</b>	<b>(22.292)</b>

**20 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>	<b>5.339</b>	<b>963</b>	<b>10.416</b>	<b>3.977</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	5.339	963	10.416	3.977
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(76.803)</b>	<b>(78.384)</b>	<b>(120.287)</b>	<b>(125.882)</b>
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(248)	(313)	(1.130)	(1.165)
Despesas bancárias	(121)	(39)	(121)	(39)
Pis e COFINS sobre rendimentos financeiros	(9.911)	(13.481)	(16.485)	(25.074)
Comissões, taxas e fianças	(1)	(1)	(1.040)	(220)
Multas e juros	(38)	(5)	(79)	(14)
IOF	(19)	(39)	(129)	(115)
Outras despesas financeiras	(85.141)	(92.262)	(139.271)	(152.509)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(79.802)</b>	<b>(91.299)</b>	<b>(128.855)</b>	<b>(148.532)</b>

**21 Provisões para contingências**

a) **Contingências passivas - risco de perda provável:** A administração da Companhia e de suas controladas com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Em valor (R\$)			
	Solaris	Borborema	Goyaz	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.887</b>	<b>5.930</b>	<b>9.909</b>	<b>17.726</b>
Adições	1.230	(862)	1.557	1.925
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.117</b>	<b>5.068</b>	<b>11.466</b>	<b>19.651</b>
Adições/(reversões)/Atualizações	279	719	(2.102)	(1.104)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.396</b>	<b>5.787</b>	<b>9.364</b>	<b>18.547</b>

  

	Em quantidade			
	Solaris	Borborema	Goyaz	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>38</b>	<b>61</b>	<b>35</b>	<b>134</b>
(Reversões)	1	(8)	-	(7)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>39</b>	<b>53</b>	<b>35</b>	<b>127</b>
Adições/(reversões)	(14)	(12)	(20)	(46)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>25</b>	<b>41</b>	<b>15</b>	<b>81</b>

Em 31 de dezembro de 2025, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e de suas controladas referiam-se ao seguinte assunto: Ação de Constituição de Servidão, Fundiário. b) **Contingências passivas - risco de perda possível:** A administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise do processo judicial, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para o mesmo, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2025, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas estão representados conforme segue:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Processos judiciais Cíveis</b>	<b>5</b>	<b>101</b>
	<b>5</b>	<b>101</b>

  

	Consolidado	
	2024	2024
<b>Processos judiciais Cíveis</b>	<b>1</b>	<b>54</b>
	<b>1</b>	<b>54</b>

O processo relacionado a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas referia-se a processos fundiários.

**22 Instrumentos financeiros**

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e das suas controladas é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. **22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nível</b>			
Contas correntes bancárias	30	181	1.000	16.666
Partes relacionadas	-	10.275	-	10.275
Dividendos a receber	5.885	4.955	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-	16.804	14.764

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado</b>	<b>Nível</b>			
Aplicações financeiras	2	-	39.366	1.944
Caixa restrito	2	28.987	29.543	64.405
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nível</b>			
Fornecedores	16.150	6.772	30.916	16.993
Empréstimos, financiamentos e debêntures	665.905	647.710		



**GBS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

**Sterlite Power**

**Demonstrações Financeiras 2025**



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Posição em Indexador	Controladora 2025					
		31/12/2025	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
<b>Ativos</b>							
Caixa restrito	CDI	28.987	14,90%	7,45%	11,18%	22,35%	18,63%
<b>Passivos</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	665.905	4,26% + taxas fixas do contrato	4,35%	6,52%	13,04%	10,87%

	Posição em Indexador	Consolidado 2025					
		31/12/2025	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)
<b>Ativos</b>							
Aplicações financeiras	CDI	39.366	14,90%	7,45%	11,18%	22,35%	18,63%
Caixa restrito		64.405	5.866	2.933	4.399	8.798	7.332
<b>Passivos</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	1.230.089	4,26% + taxas fixas do contrato	4,26%	4,82%	7,22%	12,04%

b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma

centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas. A administração da Companhia e das suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários. **24.3 Gestão do capital:** A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade da operação.

**23 Seguros**

A Companhia e suas controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Solaris	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	05/07/2024	25/05/2027	R\$ 50.000
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2024	25/05/2027	R\$ 389.820
Borborema	Operacional	Risco civil	Chubb Seguradora	12/06/2025	12/06/2026	R\$ 40.000
Borborema	Operacional	Propriedade	Tokio Marine	18/06/2025	18/06/2026	R\$ 423.897
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2025	25/05/2027	R\$ 306.902
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2025	25/05/2027	R\$ 50.000

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

**24 Eventos subsequentes**

**Homologação judicial do Plano de Recuperação Extrajudicial:** Conforme mencionada na nota explicativa 1.5.1, nos termos da decisão proferida em 27 de janeiro de 2026, publicada em 30 de janeiro de 2026 no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), complementada pela decisão proferida em 06 de março de 2026, o Plano de Recuperação Extrajudicial da Two Square, GBS e Olindina foi homologado.

**DIRETORIA**

**Luiz Felipe Negreiros de Sá**  
Diretor

**Julia Coelho Peres**  
Diretora

**Gabriela Desire Olímpio Pereira**  
Diretora

**CONTADOR**

**Anderson de Souza Santos**  
CRC - 1SP245747/O-1

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas da **GBS Participações S.A.**, São Paulo - SP **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GBS Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos sobre os valores correspondente do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada Borborema Transmissão de Energia não reclassificaram para o passivo circulante os montantes de R\$ 625.509 mil e R\$112.427 mil, respectivamente, referente a empréstimos, financiamentos e debêntures, os quais poderiam ter seu vencimento antecipado declarado pelos credores, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais previstas em instrumentos de dívidas de outras sociedades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante consolidado está apresentado a menor e o passivo não circulante consolidado está apresentado a maior nos montantes acima. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 contém ressalva relativa a essa assunto. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o passivo circulante da Companhia excede o total do ativo circulante em R\$ 658.206 mil na controladora e R\$ 781.573 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2025. O capital circulante líquido está afetado substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas para o passivo circulante da Companhia, nos montantes de R\$ 671.454 mil na controladora e R\$ 947.756 mil no consolidado, em virtude do descumprimento de convênios dos quais a Companhia irá solicitar aos credores a dispensa temporária (waiver). Adicionalmente, o não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais previstas em dívidas de suas controladas e outras entidades do grupo econômico pode resultar na declaração de vencimento antecipado do saldo das debêntures da Companhia. Finalmente, conforme divulgado na nota explicativa 1.5, a Companhia juntamente com sua controladora Two Square Transmissions Participações S.A. protocolou pedido de recuperação extrajudicial, o qual foi homologado em 6 de março de 2026, estando em fase de implementação e cumprimento das obrigações previstas no respectivo plano, inclusive no que diz respeito à novação dos créditos afetados. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos

planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 2.035.881 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de sua controlada, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e o orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xi) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 31 de março de 2026

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP-034519/O  
**Francisco F. A. Noronha Andrade**  
Contador - CRC PE-026317/O



[www.sterlitepower.com/br/brazil](http://www.sterlitepower.com/br/brazil)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>